# Demonstrações Financeiras 2016

Fundación Arcor Argentina
Instituto Arcor Brasil
Fundación Arcor Chile

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Conselheiros**
**Instituto Arcor Brasil**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Arcor Brasil (a "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Arcor Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Campinas, 3 de março de 2017**

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175546/O-5

## Balanço patrimonial em 31 de dezembro – *Em reais*

| Ativo | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6) | 1.980.778 | 2.327.286 |
| | 1.980.778 | 2.327.286 |
| **Não circulante** | | |
| Tributos a recuperar (Nota 7) | 54.410 | 54.114 |
| **Total do ativo** | **2.035.188** | **2.381.400** |

| Passivo e patrimônio social | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Fornecedores e outras obrigações (Nota 8) | 138.381 | 87.898 |
| **Total do passivo** | 138.381 | 87.898 |
| **Patrimônio social (Nota 9)** | | |
| Superávit acumulado | 1.896.807 | 2.293.502 |
| **Total do patrimônio social** | 1.896.807 | 2.293.502 |
| **Total do passivo e do patrimônio social** | **2.035.188** | **2.381.400** |

## Demonstração do superávit (déficit)
## Exercícios findos em 31 de dezembro – *Em reais*

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Receita das atividades assistenciais** | | |
| Recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas jurídicas (Nota 10) | 1.186.432 | 1.303.729 |
| Contribuições e doações voluntárias (Nota 10) | 573.986 | 560.153 |
| Despesas dos projetos e serviços (Nota 11) | (1.860.661) | (1.768.947) |
| Trabalho voluntário (Nota 11) | (573.986) | (560.153) |
| **Déficit operacional** | (674.229) | (465.218) |
| Despesas financeiras (Nota 12) | (3.803) | (3.527) |
| Receitas financeiras (Nota 12) | 281.337 | 259.727 |
| **Receitas financeiras, líquidas (Nota 12)** | 277.534 | 256.200 |
| **Déficit do exercício** | **(396.695)** | **(209.018)** |

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não há outros componentes do resultado abrangente além do déficit do exercício, motivo pelo qual não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

## Demonstração das mutações do patrimônio social – *Em reais*

| | Superávit acumulado | Total do patrimônio social |
|---|---|---|
| **Em 1º de janeiro de 2015** | 2.502.520 | 2.502.520 |
| Déficit do exercício | (209.018) | (209.018) |
| **Em 31 de dezembro de 2015** | 2.293.502 | 2.293.502 |
| Déficit do exercício | (396.695) | (396.695) |
| **Em 31 de dezembro de 2016** | **1.896.807** | **1.896.807** |

## Demonstração dos fluxos de caixa
## Exercícios findos em 31 de dezembro – *Em reais*

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| Déficit do exercício | (396.695) | (209.018) |
| Variações no capital circulante | | |
| Tributos a recuperar | (296) | |
| Fornecedores e outras obrigações | 50.483 | 35.694 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** | (346.508) | (173.324) |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos** | (346.508) | (173.324) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)** | 2.327.286 | 2.500.610 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)** | **1.980.778** | **2.327.286** |

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Arcor Brasil ("Instituto e/ou "Entidade") é uma associação civil de direito privado, constituída em 25 de maio de 2004, sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Instituto Arcor Brasil destina-se à promoção gratuita da educação, assistência social e cultura, mediante o desenvolvimento de projetos e ações destinados à proteção da infância e da adolescência e à difusão da cultura, conforme projetos detalhados abaixo:

- **Projeto Comunidade em Rede:** apoio a projeto de desenvolvimento de base a partir do convênio de cooperação estabelecido entre membros da Rede América e a Fundação Interamericana, organização autônoma do governo dos Estados Unidos;

- **Projeto Oficina Municipal:** é uma organização contratada para apoiar o desenvolvimento do Programa Primeiro a Infância, que é desenvolvido em parceria com o Instituto C&A, em três municípios no estado de Pernambuco: Camaragibe, São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho. O programa tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento e a implementação participativa de Planos Municipais de Educação que incorporem políticas de Educação Infantil de qualidade;

- **Projeto MEC:** Programa Minha Escola Cresce, o qual apoia projetos de complementação pedagógica para o ensino fundamental e médio das escolas públicas em localidades onde associadas à Entidade possuem fábricas instaladas;

- **Programa Escola em Movimento (PEM):** programa corporativo de cobertura regional: Argentina, Brasil e Chile. A iniciativa está alinhada com o compromisso de promover a Vida Ativa que o Grupo Arcor define em sua política de sustentabilidade. O programa tem o propósito de desenvolver iniciativas que promovam a vida ativa, através do movimento no âmbito da escola de ensino fundamental, em territórios definidos pelas organizações realizadoras.

- **Projeto Associações:** instituições parceiras ou entidades às quais o Instituto Arcor Brasil é associado;

- **Projeto Tamar:** apoio na proteção dos recursos naturais em geral, com destaque para as águas e a biodiversidade; e

- **Projeto Celebrações Comunidades:** projeto de apoio à articulação comunitária com o objetivo de promover a educação em tempo integral.

Os recursos para manutenção das atividades sociais são obtidos por meio de doações espontâneas, subvenções e contribuições recebidas de pessoas jurídicas, as quais são identificadas quando recebidas e registradas contabilmente, como receita de doações, conforme estabelece a Lei 9.790 de 23 de março de 1999.

Em 22 de outubro de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União o deferimento do Ministério da Justiça referente ao processo nº 08071.005701/2008-98 para o pedido de qualificação do Instituto como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo em 7 de julho de 2010 a referida qualificação renovada até 30 de setembro de 2016 pelo Ministério da Justiça.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração do Instituto em 17 de março de 2017.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, neste caso, ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, as quais evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### 2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs com vigência a partir de 2016 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a moeda de apresentação.

### 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.5 Ativos financeiros

#### 2.5.1 Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### 2.5.2 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.4).

**2.5.3 Reconhecimento e mensuração**
Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

**2.5.4 Compensação de instrumentos financeiros**
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**2.5.5 *Impairment* de ativos financeiros**
A Entidade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de ***impairment*** são incorridos somente se há evidência objetiva de ***impairment*** como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

**2.6 Tributos Imposto de Renda e Contribuição Social**
O Instituto é classificado como entidade sem fins lucrativos e não está sujeito ao recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o superávit apurado em função de gozar de imunidade tributária.

**2.7 Contas a pagar aos fornecedores**
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**2.8 Outros ativos e passivos**
Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

**2.9 Apuração do superávit (déficit)**
O superávit (déficit) é apurado pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações com fins não econômicos, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do Terceiro Setor.

Os superávits ou déficits apurados no exercício são transferidos para a conta de superávit (déficit) acumulado no patrimônio social.

**2.10 Reconhecimento das doações e contribuições**
As receitas de doações e contribuições são reconhecidas mediante recebimento do numerário ou prestação do serviço voluntário.

**2.11 Receita financeira**
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

## 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A Entidade entende que não existam estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, uma vez que as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos valores de liquidação.

## 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro da Entidade, segundo as políticas aprovadas pela Administração. O departamento de tesouraria da Entidade avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, restrição quanto ao uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedente de caixa.
Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

**(a) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado pela tesouraria do Grupo Arcor. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

**(b) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro da Entidade. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira da Entidade.

## 5. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou ***impaired*** pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*) | 1.980.778 | 2.327.286 |
| | **1.980.778** | **2.327.286** |

(*) Os saldos bancários são mantidos com instituições financeiras de primeira linha.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Recursos em bancos | 162.401 | 176.570 |
| Depósitos bancários | 1.818.377 | 2.150.716 |
| | **1.980.778** | **2.327.286** |

Estão representados por saldo em caixa e bancos, bem como aplicações financeiras em fundos de investimento, os quais apresentam remuneração similar à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata.

Não há saldo em aberto de conta garantida em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

## 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

Está representado por Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, sendo que a administração da Entidade solicitou o reembolso dos referidos créditos junto à Secretária da Receita Federal durante 2011. Considerando que a administração não possui expectativa de realização de tais créditos no curto prazo, esses foram transferidos para conta específica no ativo não circulante.

## 8. FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Contas a pagar aos fornecedores | 132.899 | 86.219 |
| Partes relacionadas (Nota 13) | 98 | 99 |
| Impostos e tributos a pagar | 5.384 | 1.325 |
| | **138.381** | **87.898** |

## 9. PATRIMÔNIO SOCIAL E SUAS DISPOSIÇÕES

**(a) Doações**
As doações recebidas pelo Instituto Arcor Brasil são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, conforme mencionados na Nota 1.

**(b) Dissolução**
Na hipótese da associação perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/99 (OSCIP) e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

**(c) Outras disposições**
De acordo com as disposições do Estatuto Social, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, até o mês de abril de cada ano, para deliberar sobre as demonstrações financeiras, examinar o relatório da diretoria referente às atividades desenvolvidas pelo Instituto no exercício anterior, e, quando for o caso, eleger Presidente de Honra e os membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e extraordinariamente, sempre que o interesse social assim o exigir.

## 10. DOAÇÕES RECEBIDAS

A arrecadação de fundos para gerir as ações de promover a educação e assistência social e de promoção da cultura organizada é oriunda de empresas do setor privado. As composições das doações recebidas em espécie para custeio dos projetos e das demais despesas operacionais no exercício estão abaixo demonstradas:

| Doador | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Arcor do Brasil Ltda. | 836.432 | 1.003.729 |
| Contribuições e doações voluntárias (i) | 573.986 | 560.153 |
| Instituto C&A de Desenvolvimento Social | 350.000 | 300.000 |
| | **1.760.418** | **1.863.882** |
| Recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas jurídicas (Nota 10) | 1.186.432 | 1.303.729 |
| Contribuições e doações voluntárias | 573.986 | 560.153 |
| | **1.760.418** | **1.863.882** |

(i) Inclui o montante de R$ 573.986,00 (2015 – R$ 560.153,00) de contribuições relacionadas a trabalhos voluntários diversos, tais como, contabilidade, financeiro, recursos humanos, auditoria e outros.

## 11. DESPESAS DOS PROJETOS E SERVIÇOS

Os gastos incorridos nos exercícios estão demonstrados a seguir:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Projetos | 880.883 | 945.447 |
| Contribuições e serviços | 979.778 | 823.500 |
| Trabalho voluntário | 573.986 | 560.153 |
| | **2.434.647** | **2.329.100** |

**(a) Projetos**

| Descrição dos projetos | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Projeto Comunidade em Rede | 183.830 | 416.937 |
| Projeto Oficina Municipal | | 257.500 |
| Projeto MEC | | 157.729 |
| Projeto Associações | 63.812 | 70.029 |
| Projeto Tamar | 24.002 | 21.790 |
| Projetos Celebrações Comunidades | | 1.500 |
| Projeto Educação Infantil | 507.554 | |
| Projeto Escola em Movimento | 99.497 | |
| Outros Projetos | 2.188 | 19.962 |
| | **880.883** | **945.447** |

A natureza dos principais projetos são as seguintes:

- **Projeto Comunidade em Rede:** apoio a projeto de desenvolvimento de base a partir do convênio de cooperação estabelecido entre membros da Rede América e a Fundação Interamericana, organização autônoma do governo dos Estados Unidos;

- **Projeto Oficina Municipal:** é uma organização contratada para apoiar o desenvolvimento do Programa Primeiro a Infância, que é desenvolvido em parceria com o Instituto C&A, em três municípios no estado de Pernambuco: Camaragibe, São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho. O programa tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento e a implementação participativa de Planos Municipais de Educação que incorporem políticas de Educação Infantil de qualidade;

- **Projeto MEC:** Programa Minha Escola Cresce, o qual apoia projetos de complementação pedagógica para o ensino fundamental e médio das escolas públicas em localidades onde associadas à Entidade possuem fábricas instaladas;

- **Programa Escola em Movimento (PEM):** programa corporativo de cobertura regional: Argentina, Brasil e Chile. A iniciativa está alinhada com o compromisso de promover a Vida Ativa que o Grupo Arcor define em sua política de sustentabilidade. O programa tem o propósito de desenvolver iniciativas que promovam a vida ativa, através do movimento no âmbito da escola de ensino fundamental, em territórios definidos pelas organizações realizadoras.

- **Projeto Associações:** instituições parceiras ou entidades às quais o Instituto Arcor Brasil é associado;

- **Projeto Tamar:** apoio na proteção dos recursos naturais em geral, com destaque para as águas e a biodiversidade; e

- **Projeto Celebrações Comunidades:** projeto de apoio à articulação comunitária com o objetivo de promover a educação em tempo integral.

**(b) Contribuições e serviços**

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Serviços prestados por terceiros (i) | 721.352 | 640.918 |
| Gastos com viagens (ii) | 153.732 | 132.757 |
| Lanches e refeições | 61.391 | 23.323 |
| Material de livraria e papelaria | 24.741 | 25.435 |
| Anúncios e Publicações | 18.500 | |
| Utensílios Vários | | 1.040 |
| Multas Diversas | 62 | 28 |
| | **979.778** | **823.500** |
| Despesas dos projetos e serviços (Nota 11) | 1.860.661 | 1.768.947 |
| Trabalho voluntário (i) | 573.986 | 560.153 |
| | **2.434.647** | **2.329.100** |

(i) Os serviços prestados por terceiros referem-se, substancialmente, a serviços gráficos para publicação do balanço social e serviços relacionados ao estudo de viabilidade dos projetos, impressão de folders, materiais para diversos programas, livretos, assessoria de imprensa e consultores dos programas, e também o montante de R$ 573.986,00 (2015 - R$ 560.153,00) de contribuições relacionadas com trabalhos voluntários diversos, tais como, contabilidade, financeiro, recursos humanos, auditoria e outros.
(ii) Os gastos com viagens foram destinados às viagens dos administradores da Entidade e executivos das empresas contribuintes para apresentação do balanço social.

## 12. RECEITAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Despesas financeiras | (2.582) | |
| Despesas bancárias | (1.221) | (2.954) |
| Variação cambial | | (573) |
| | **(3.803)** | **(3.527)** |
| **Receitas financeiras** | | |
| Juros financeiros | 281.337 | 259.727 |
| Variação cambial | | |
| | **281.337** | **259.727** |
| **Receitas financeiras, líquidas** | **277.534** | **256.200** |

## 13. PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

**(a) Doações**

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| Arcor do Brasil Ltda. (Nota 10) | 836.432 | 1.003.729 |
| | **836.432** | **1.003.729** |

**(b) Saldo ao final do exercício**

| | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Passivo circulante (Nota 8)** | | |
| Arcor do Brasil Ltda. | 18 | 19 |
| Bagley do Brasil Alimentos Ltda. | 80 | 80 |
| | **98** | **99** |

Os saldos acima estão representados na rubrica de fornecedores e outras obrigações (Nota 8).

**(c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

O Instituto não remunerará, por qualquer forma, os membros da Diretoria, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

Os serviços dos executivos do Grupo Arcor são considerados como trabalho voluntário, conforme descrito na nota 2.10.

## 14. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 2004, a administração da Entidade solicitou a declaração de isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, para que a Entidade seja reconhecida como isenta no recolhimento do referido imposto. No mesmo período, a administração solicitou o pedido de reconhecimento do Instituto Arcor Brasil como entidade promotora dos direitos humanos, a fim de instruir o pedido de isenção do ITMD, perante a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, junto ao C.N.A.S – Conselho Nacional de Assistência Social. Essas solicitações estão em análise pela Secretaria de Cidadania e Justiça. Apesar de não haver como afirmar que tal isenção será concedida, os assessores entendem não haver qualquer impedimento legal para que isto ocorra, visto que a Entidade goza de imunidade tributária com base na Constituição Federal de 1988.

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
1 2 3 4
Projeto
O mundo do circo
na escola

*Fundación Arcor Argentina*
*Instituto Arcor Brasil*
*Fundación Arcor Chile*

Rua Olimpíadas, 205 – 16º andar – Vila Olímpia – São Paulo - SP – CEP: 04551-000 / Fone: 0055 11 3046 6800
e-mail: institutoarcorbrasil@arcor.com / www.institutoarcor.org.br